

Data e Local: 08 de abril de 2022, às 09h00min, híbrida.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: Os conselheiros ausentes não justificaram suas faltas.

Convidados: **Fabiana Szabluk**, empregada pública cedida, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); **Benony Schmitz Filho**, Diretor-Presidente; **Luís Mário Novochadlo**, Diretor de Operações, **Abel Sergio**, engenheiro, da Ferrovia Tereza Cristina; **Pedro Kuzniecowa**, Vice-presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC); **Enéas Costa Cruz**, Capitão de Corveta; e **Alberto Rabelo Bernardo**, Suboficial, da Marinha do Brasil; **Elísio Sgrott**, Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba; **José João Tavares**, Diretor de Planejamento de Operações; **Aristeu Cavalca**, Chefe Operações Portuárias, **João Eduardo Muller**, Chefe Engenharia e Infraestrutura, **Jorge Gustavo Sandoval**, Chefe Tecnologia e Automação, **Leonel Neide Ferreira Junior**, Chefe SSMA, **Luciellen Lima Caetano**, Chefe Jurídico, **Rui Roberti**, Chefe Comercial, **Sandro Cassol Bainha**, Chefe Segurança Portuária, **Walfredo Amorim**, Chefe Administração, **Cleydson Silva**, Assessor de Fiscalização de Contratos e Arrendamentos; **Géssica da Silva**, Analista de Comunicação Social; **Ana Carolina Marques Nascimento**, Estagiária da SCPAR Porto de Imbituba S.A., **Manoela Branco Cirne Lima e Mariana de Souza**, Apoio Secretariado/Gabinete, Empresa Triângulo.

1. COMPARECIMENTO

Constatado quorum, a **Sra. Rita de Cássia Vandanezi Munck**, presidente do CAP, cumprimentou os presentes e iniciou a reunião.

2. APROVAÇÃO DA ATA RO 02/2022, 03/2022 e 1ª RE/2022

Inicialmente, a **Presidente** propôs a aprovação da ata RO 02/2022, dispensada a leitura, a ata foi aprovada sem objeção pelos conselheiros. Ato contínuo, acordou-se revisar as minutas das atas RO 03/2022 e RE 01/2022 para aprová-las na próxima reunião.

3. ASSINATURA DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO TERMINAL GRANEL LÍQUIDO (TGL)

O **Diretor-Presidente** expôs que a cerimônia de assinatura do contrato de arrendamento simplificado por dez anos do Terminal de Granel Líquido (TGL), com investimento de R\$ 25 milhões e R\$ 200 mil de valor de outorga, pela empresa Fertilizantes Santa Catarina (Fertisanta) ocorreu no dia 30 de março de 2022, na B3 – Bolsa de Valores, em São Paulo. Rememorou que o leilão havia sido realizado em novembro do ano passado, e que o contrato prevê investimentos visando aumentar a capacidade de movimentação e armazenagem de granel líquido no Porto de Imbituba, em especial, de soda cáustica.

Adiante, a **Presidente Rita** pontuou que no dia supracitado, além das assinaturas dos contratos de arrendamentos de áreas leiloadas em 2021, novos leilões foram realizados, dentre eles, o da desestatização da CODESA, que teve como vencedora uma empresa de investimentos.

Em seguida, o **Diretor-Presidente** ponderou que iniciaram em 2020 os trabalhos que resultaram nas assinaturas dos contratos que são pauta desta reunião, no caso do TGL, num primeiro momento, foi entregue EVTEA na Secretaria Nacional de Portos, e feito o PSS, em seguida deixou-se o leilão e, agora o contrato de arrendamento.

Na sequência, o grupo discutiu sobre o contexto em que se deu a lei municipal que proibiu a operação no Porto de combustível (intenção da empresa Cattalini em se instalar em Imbituba, local proposto no projeto, memória de acidente no Porto de Paranaguá, ano de 2016, período eleitoral, audiência pública, criação de legislação restritiva).

Aproveitando a oportunidade, o **Sr. Elísio** pontuou audiência pública proposta pelo CONCIDADE (Conselho da Cidade de Imbituba) agendada no dia 13/04/2022, para tratar sobre as áreas de armazenagem no bairro Ribanceira, considerando o Plano Diretor vigente.

Adiante, a **Presidente Rita** pontuou duas alterações normativas: visando a regulação fundiária, tramita medida provisória que trata da possibilidade de extinção dos terrenos e acrescidos de Marinha, que passariam a ser destinados aos municípios, estados e/ou quem de direito.

Ainda, sobre medida provisória com possibilidade de instalação de Porto Seco por meio de autorização.

Sendo assim, o **Sr. Enéas** informou de maneira breve sobre a MP 320/2016.

Sobre Porto Seco, o **Sr. Rafael** manifestou-se no sentido de ser algo positivo, pois viabiliza a Importação e Operação. O **Sr. Rui** questionou a similaridade da natureza jurídica do "Porto Seco" de um Terminal de Uso Privado (TUP), e a **Presidente Rita** esclareceu que, em ambos os casos, a iniciativa privada obtém autorização de exploração do ativo por determinado período.

4. INFORMAÇÃO SOBRE CONTRATAÇÃO DE SEGURO PATRIMONIAL

O **Diretor-Presidente Riera** expôs que aconteceu com sucesso a licitação para a contratação do seguro patrimonial, a empresa vencedora do certame foi a Liberty. Após assinatura do contrato, o Porto contará com apólices de seguro civil e patrimonial na mesma seguradora. Até então, se tinha somente seguro contra danos civis. Depois de muito esforço foi possível ampliar a cobertura de seguros, sendo que a contratação de consultoria especializada para foi um facilitador no processo.

Neste sentido, a **Sra. Rita** parabenizou o Porto e pontuou que a contratação de seguros é um desafio para todos os portos, tanto que poucos contam com seguro, pois atividade portuária é considerada operação de alto risco, logo, os valores dos seguros são altos, tornando inviáveis e não atraindo empresas seguradoras.

Adiante, juntando à mesa para a reunião, o **Sr. Alexandre Amin**, presidente da Holding, parabenizou a equipe responsável pela contratação do seguro patrimonial. Por fim, o **Sr. Riera** esclareceu que a contratação supracitada não contempla a responsabilidade civil dos diretores (D&O).

5. ATUALIZAÇÃO DO PLANO MESTRE DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE IMBITUBA

Com a palavra, o **Presidente Riera** relatou que durante os dias 28 de março a 01 de abril os representantes da EPL estiveram presencialmente no Porto de Imbituba realizando diversas visitas e reuniões bem produtivas. Neste contexto, também ocorreu em 29 de março a 1ª reunião extraordinária no formato híbrido do CAP, na qual a EPL apresentou a metodologia dos trabalhos e a provisão de demandas.

A **Sra. Marlei** reforçou que a equipe da ELP precisa do apoio da Comunidade Portuária, pois a revisão do Plano Mestre é um trabalho colaborativo, para tanto, o Porto respondeu uma série de questionários. Neste sentido, as empresas arrendatárias e operadores também devem subsidiar a EPL em informações por meio de questionários. Esta demanda foi encaminhada via e-mail no início de abril, mas poucos já responderam, sendo assim, o envio das respostas deve ser priorizado. Neste contexto, algumas pessoas relataram que o e-mail sobre tal tema foi parar no *spam*. Atentar-se que este pedido de informação é diferente do roteiro de preparação para as reuniões entrevistas.

A **Sra. Rita** demandou que seja verificado com a EPL, a lista de empresas que ainda não abriram o questionário. Também sugeriu convidar a equipe da EPL para apresentar, sob demanda, ao CAP, a evolução dos trabalhos de elaboração do Plano Mestre quando oportuno.

Adiante, o grupo comentou sobre os principais pontos discutidos junto a EPL: acessos, obras prioritárias, polígono do Porto, entre outros.

6. COMISSÃO DE TRANSPORTES DE CARGAS

O **Presidente Riera** apresentou a evolução do tema, narrando que o programa junto ao SEST/SENAT está sendo executado, visando sensibilizar os operadores e a comunidade como um todo, sendo essa questão de suma importância para todos os usuários do Porto e cidadãos imbitubenses. Comentou sobre a *blitz* de segurança e ressaltou que seguem aparecendo caminhões com excesso de peso, e frisou que a fase de conscientização está quase chegando ao fim e, portanto, começarão a ser aplicadas sanções aos caminhoneiros infratores.

Neste sentido, o **Sr. Leonel** complementou que as *blitz* de segurança ocorrem de forma aleatória, por meio das quais, orientam-se os motoristas sobre regras e alerta-se que a fase que contemplará penalização ocorrerá num futuro próximo. Informou que são informados os operadores portuários para adequação e demais departamentos SCPAR. Ato contínuo, agradeceu aos operadores, ao SEST/SENAT, e demais empresas que estão auxiliando o comitê nas suas ações. Por fim, destacou o 1º workshop de capacitação dos trabalhadores do transporte de cargas realizado em 25/03/2022. Informou que estava previsto início das capacitações aos trabalhadores do transporte de cargas, no entanto, não foi possível pois não houve adesão. Destacou que a SCPAR e SEST SENAT prepararam e estavam a disposição às sextas-feiras às 14h para atendimento a comunidade portuária, havendo participação apenas na primeira sexta-feira. Após questionamento quanto à divulgação, o Sr Leonel informou que inclusive a SCPAR realizou levantamento de transportadoras e que foi devidamente encaminhada lista para divulgação das ações e capacitações.

A **Presidente Rita** ressalta o esforço do porto com o programa de conscientização entre outros, no entanto, parece que os problemas seguem ocorrendo. Neste contexto, o **Sr.**

Rafael comentou dos avanços e das mudanças favoráveis que já aconteceram, com maior formalização, sensibilização e discussão do tema "peso dos veículos", a fiscalização dos caminhões está maior, bem como as medidas de segurança e de controle. Os abusos estão sendo notificados, o contato com as empresas é frequente, assim como os *feedbacks* dos caminhões e motoristas estão acontecendo. Ou seja, os problemas estão sendo resolvidos pontualmente e as exceções serão controladas.

Encerrando as discussões desta pauta, o **Presidente Riera** citou o projeto do Renovar, através da Medida Provisória n. 1.112 de 31/3/2022.

7. Acompanhamento de assuntos tratados em reuniões anteriores;

7.1 Obra do Cais 3

Tomando a palavra, o **Presidente Riera** rememorou que o edital do procedimento de licitação eletrônica nº 49/2021 (cuja abertura de proposta estava prevista para 04/02/2022) foi suspenso "*Sine Die*" dia 27/01/2022 e tema tem sido tratado no âmbito do Conselho de Administração (CONSAD), sendo assim, aguarda-se um retorno. Também comentou que dependendo da deliberação do CONSAD será necessário fazer nova orçamentação.

Na sequência, o presidente da *holding*, **Sr. Alexandre Amin**, expôs que compreende a urgência de se resolver esta pauta o quanto antes, pois é difícil calcular o tamanho dos impactos que o atraso da obra pode gerar. O **Conselheiro Antônio** pontuou que o tempo decorrido poderia ter sido abreviado, no entanto, a preocupação do Conselho de Administração é legítima no sentido de mitigar a paralisação dos 5 meses.

O **Conselheiro Elivelton** rememorou que o laudo estrutural emitido em 2018 apresentava condições preocupantes do Cais 3 e apontava a necessidade urgente de intervenção. Passados quatro anos, a tendência é que a estrutura do cais 3 tenha se agravado, sendo assim, demonstra preocupação quanto aos riscos de segurança da sua estrutura, citando que deve-se evitar acidentes e até mesmo, o colapso da sua estrutura.

Adiante, os conselheiros pontuaram que o assunto foi amplamente debatido pela comunidade portuária, tendo sido bastante discutido o projeto apresentado e seu período de paralisação, sem que houvesse objeção quanto a execução do mesmo.

O **Conselheiro Gilberto** reiterou a importância de realizar intervenções no Cais 3 para preservar a capacidade de operação do Porto de Imbituba a longo prazo, pois no âmbito portuário a paralisação de um berço gera impacto e pode ser de difícil reversão.

Após discussões, a **Presidente Rita**, propôs a elaboração de uma moção a ser enviada pelo Conselho de Autoridade Portuária ao Conselho de Administração reforçando a importância da execução da obra, similar a moção enviada em momento pretérito sugerindo a ampliação da proposta de reforço do cais, não apenas a sua recuperação. Tal sugestão foi acatada pelos conselheiros.

8. ASSUNTOS GERAIS;

Em razão da assinatura do arrendamento transitório do Terminal de Granéis Minerais (TGM), a da presente reunião ser mais curta, informou-se que os demais assuntos que vêm sendo acompanhados por este Conselho (Duplicação do Acesso Norte; Chamamento público de EVTEAS; ICC; BR 285) serão tratados na próxima reunião.

Por fim, a presidente Rita informou que em maio deve ocorrer o Export Sul em Santa

Catarina em local a ser definido nos próximos dias.

9. ASSINATURA DO CONTRATO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO TERMINAL DE GRANEL MINERAL (TGM);

Finalizando a reunião do CAP de uma forma diferente, os conselheiros participaram da solenidade de assinatura do arrendamento transitório do Terminal de Granéis Minerais (TGM) do Porto de Imbituba com o Consórcio Sul Minas, vencedor do processo seletivo simplificado nº 01/2021.

10. ENCERRAMENTO:

Não havendo mais manifestações, a **Presidente Rita de Cássia Vandanezi Munck** informou que a próxima reunião está prevista para ocorrer no dia 13 de maio de 2022.

A secretária do CAP do Porto de Imbituba, por sua vez, redigiu a presente ata de modo a submetê-la à aprovação dos conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Rita de Cássia Vandanezi Munck	Titular
Cristiane Yamamoto	Suplente
Jorge Rosenfeld Kroeff (ouvinte)	Suplente
Juliana Pizzetti Cardoso	Titular
Fabio dos Santos Riera	Titular
Daniel Dobrachinsky Plentz	Suplente
Jamazi Alfredo Ziegler	Titular
Joel Alves	Suplente
Rosenvaldo da Silva Júnior	Titular
Eduardo dos Passos Nunes	Suplente

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

Alexandre Graça Kunz Ferreira	Suplente
Gilberto Barreto da Costa	Titular
Daniel Luís Alves	Suplente
Jair Dias Santana	Titular
Antonio Carlos Bandeira Guimarães	Titular
Rafael Luiz Pereira	Suplente

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

Elivelton Luiz Doré	Suplente
---------------------	----------

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marlei Goldmeyer	Secretária <i>ad hoc</i>
------------------	--------------------------